

# Denúncia aponta uso irregular de residentes no Mais Médicos

Representação foi apresentada pela vereadora Mariana Conti e Movimento de Residentes

Por Moara Semeghini

A vereadora Mariana Conti (PSOL) e o Movimento de Residentes de Campinas protocolaram uma representação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo denunciando possíveis irregularidades no Programa Mais Médicos Campineiro (PMMC). A principal queixa diz respeito à utilização recorrente de médicos em formação para suprir lacunas assistenciais na rede pública, o que, segundo os denunciantes, desvirtua o caráter formativo da residência médica e impacta diretamente o atendimento à população.

De acordo com levantamento apresentado pelo grupo durante reunião do Conselho Municipal de Saúde, foram analisadas 91 equipes de Saúde da Família no município. Os dados indicam que 38,3% dos residentes, 31 de um total de 81, atuam em equipes sem a presença de médico assistente. Nesses casos, os profissionais em formação

acabam assumindo, sozinhos, a responsabilidade pelo cuidado de cerca de 70 mil usuários do sistema público de saúde.

Outro ponto levantado é a sobrecarga das equipes. Segundo o estudo, 77% delas atendem uma população superior ao limite recomendado pelo Ministério da Saúde, de até 3 mil pessoas por equipe. Para os denunciantes, esse cenário compromete atributos essenciais da atenção primária, como o acesso, a continuidade do cuidado e a coordenação dos atendimentos, pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde.

“A residência é uma etapa da formação que deve ser acompanhada por um médico já experiente. Acontece que o governo Dário tem adotado uma política de desmonte na saúde, e os médicos concursados estão sendo substituídos por terceirizados ou, pior ainda, pelos residentes. O colapso na saúde pública de Campinas é um projeto, e denúncias como a dos residentes



Centro de Saúde Parque Santa Bárbara: uso de médicos em formação vira alvo de denúncia

reforçam a necessidade de apuração. Nesse sentido, entendo como urgente que os vereadores assinem pela abertura da CPI da Saúde que estou solicitando na Câmara”, afirmou a vereadora. O documento encaminhado ao Ministério Público aponta que as condições atuais da residência médica no município podem comprometer tanto a formação dos profissionais quanto a qualidade da assistência prestada. Entre os pedidos feitos estão a instauração de procedimento para apuração das denúncias, a recomposição das equipes consideradas incompletas e a redistribuição da população atendida, de modo a respeitar os parâmetros recomendados nacionalmente.

Em publicação nas redes sociais, o Movimento de Residentes reforçou o alerta sobre a situação da Atenção Primária à Saúde em Campinas. Segundo o grupo, embora o sistema continue funcionando, isso ocorre “a que custo”, com residentes sustentando parte significativa dos

atendimentos, muitas vezes sem a supervisão adequada e inseridos em equipes incompletas.

O texto afirma ainda que a situação não representa toda a rede, mas evidencia problemas nos locais onde há médicos residentes atuando em campo. “Quando a formação vira estratégia de provimento, algo está errado”, diz a publicação, que defende melhores condições pedagógicas, equipes completas e respeito ao projeto formativo como medidas essenciais para garantir a qualidade do atendimento e da formação médica. Procurada, a Prefeitura de Campinas, por meio da Secretaria de Saúde, negou as irregularidades. Em nota, informou que o Programa Mais Médicos Campineiro opera dentro das normas técnicas, pedagógicas e legais vigentes. A administração municipal afirma que os residentes não atuam sem supervisão e que o programa conta com 48 preceptores responsáveis pelo acompanhamento contínuo nas unidades de saúde.

A pasta também destacou que o modelo segue o Projeto Político-Pedagógico do programa e foi construído em parceria com instituições como Unicamp, PUC-Campinas, São Leopoldo Mandic e a Rede Mário Gatti. Segundo a prefeitura, a residência médica é, por definição, uma modalidade de ensino em serviço, com carga teórica obrigatória, atividades formativas e acompanhamento profissional. Ainda conforme o posicionamento oficial, não há investigação interna em andamento, já que o acompanhamento sistemático do programa não teria identificado irregularidades. A prefeitura ressaltou que, desde sua criação, o PMMC já formou mais de 140 médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, contribuindo para o fortalecimento da atenção básica no município. O caso agora aguarda eventual encaminhamento por parte do MP, que poderá avaliar a abertura de procedimento para investigar as denúncias apresentadas.

# Centro de Saúde retoma atendimento após paralisação em Campinas

Por Moara Semeghini

O Centro de Saúde Dr. Cássio Raposo do Amaral retoma o funcionamento normal após ter operado parcialmente devido a uma paralisação de funcionários registrada nesta semana. A unidade havia restringido os atendimentos na quarta-feira (29), mantendo apenas casos de urgência e acolhimentos, o que impactou o atendimento regular à população da região.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, os serviços foram restabelecidos conforme a previsão inicial, e o centro de saúde voltou a realizar consultas e demais atendimentos de rotina. A normalização ocorre após um período de tensão envolvendo servidores da unidade.

A paralisação foi motivada por um desentendimento ocorrido na última quinta-feira (23) entre um paciente e funcionários do local. Na ocasião, a Guarda Municipal foi acionada e um boletim de ocorrência foi registrado. O episódio gerou preocupação entre os trabalhadores, que decidiram interromper parcialmente as atividades como forma de protesto e reivindicação por melhores condições de segurança.

Durante o período de atendimento reduzido, a orientação da Secretaria de Saúde foi para que a população buscasse unidades da rede municipal em caso de necessidade. As consultas previamente agendadas no centro de saúde foram remarçadas.

Em nota, a pasta informou



Centro de Saúde Dr. Cássio Raposo do Amaral, em Campinas

que repudia qualquer tipo de violência e manifestou solidariedade aos profissionais envolvidos na ocorrência. Por outro lado, destacou que não apoia a suspensão parcial dos atendimentos,

uma vez que a medida afeta diretamente os usuários do sistema público de saúde.

A Secretaria também afirmou que, desde o dia do incidente, as rondas da Guarda Municipal fo-

ram intensificadas no entorno da unidade como forma de reforçar a segurança para trabalhadores e pacientes. Além disso, a equipe do centro de saúde recebeu apoio institucional e acolhimento por parte da gestão da rede municipal.

Com a retomada integral das atividades, o atendimento à população volta ao fluxo habitual. O caso reforça o debate sobre segurança nas unidades básicas e as condições de trabalho enfrentadas por profissionais da saúde em Campinas.

O Centro de Saúde Dr. Cássio Raposo do Amaral fica na Rua Prefeito Celso Daniel, 600, Conjunto Habitacional Edivaldo Antônio Orsi. A área de abrangência é CDHU - E e Jardim Mirassol.